



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## Relatório INSP-2020-0123

BI-2020-0053

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 16/09/2020 **Hora:** 10h00 **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Cláudia MFG. Rosa

**Outros inspetores da IRA:** Luís MAS. Machado; António MR. Moutinho

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A inspeção teve como objetivo averiguar o cumprimento das condições impostas na Licença Ambiental nº 1/2016/DRA, de 16/02/2016, válida até 16/02/2023.

No local foi contactado a técnica superior de ambiente e segurança da PRONICOL, que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados e acompanhou a visita às instalações.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** PRONICOL - Produtos Lácteos, S.A.

**NIPC/NIF:** 512035377

**Sede/morada:** Quinta de São Luís, n.º 44

**Código Postal:** 9700-224

**Freguesia:** São Bento

**Concelho:** Angra do Heroísmo

**Ilha:** Ilha Terceira

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** PRONICOL - Fábrica de Laticínios da Quinta de São Luís

**Endereço:** Quinta de São Luís, n.º 44

**Código Postal:** 9700-224

**Freguesia:** São Bento

**Concelho:** Angra do Heroísmo

**Ilha:** Ilha Terceira

**Atividade principal:** 10510 – Indústrias do leite e derivados

**Outras atividades:** 11072 – Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n. e.  
46382 – Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n. e.

**Período de funcionamento:** 24h/dia, 365 dias/ano

**Licenciamento da atividade:** Licença Ambiental N.º 1/2016/DRA, de 16/02/2016, válida até 16/02/2023.

**Coordenadas geográficas:** Latitude: 38° 40' 24,825" N; Longitude: 27° 12' 37,741" W



**Figura 1:** Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

Na instalação são desenvolvidas as seguintes atividades:

- Fabricação de produtos lácteos, com uma capacidade produtiva instalada de 500 toneladas de leite por dia (atividade classificada através da CAE REV.3 n.º 10510 – Indústrias do Leite e Derivados. O leite constitui a matéria-prima base para o processo produtivo da instalação, a qual se destina à produção de leite UHT (gordo, meio gordo e magro), natas frescas, manteiga pasteurizada (com e sem sal), queijo (flamengo barra e bola, prato amanteigado - castelinhos), leite em pó e lacto soro em pó.
- Produção de sumos de fruta, com uma capacidade produtiva instalada de 192 ton/dia (atividade classificada através da CAE REV.3 n.º 11072 – fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n.e.), sendo produzidos sumos de fruta à base de concentrado.

A instalação, que ocupa uma área total de 85 640 m<sup>2</sup>, está abrangida pelo regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição – PCIP, para a atividade de fabricação de produtos lácteos.

Na instalação são ainda utilizadas matérias-primas e/ou subsidiárias, tais como o açúcar, cacau, aromas vários e materiais de embalagem.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

**OBS:** Toda a água utilizada na fábrica é tratada mediante a desinfecção com hipoclorito de sódio, sendo armazenada em 3 depósitos, dois de 500 000 litros/cada e um de 750 000 litros. A água da rede, antes da sua utilização no processo fabril, é ainda sujeita a um controlo de qualidade através da verificação do teor em cloro a partir de sondas de monitorização de cloro localizadas à saída dos depósitos de água.

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença/ autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	É realizado o controlo diário do consumo de água da unidade industrial, conforme previsto no ponto 2.1.2.3 da L.A.
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Comunicado à DRA, em 27/08/2020, os dados relativos ao controlo diário do consumo de água da unidade industrial, relativamente aos meses de janeiro a junho de 2020 (comunicação semestral).
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

### 4 – Águas residuais

#### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor	Ponto de Emissão
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sociais: casas de banho, balneários e refeitório.	ETARI	Sistema público de drenagem – ETAR municipal	ED1
<input checked="" type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	Lavagens de equipamentos e de pisos associados ao processo de fabrico.	ETARI	Sistema público de drenagem – ETAR municipal	ED1
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Lavagens de pisos, camiões, tanques, oficina, etc.	ETARI	Sistema público de drenagem – ETAR municipal	ED1
<input checked="" type="checkbox"/> Águas pluviais	Telhados dos edifícios e das zonas pavimentadas não cobertas	—	Domínio público hídrico – Grota dos Calrinhos	EH1



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

**Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais**

☐ Não produz lamas de depuração

☒ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

☒ Operador de gestão de resíduos;

☒ Valorização agrícola;

☐ Outro.

**4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais**

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Autorização dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para ligação e descarga das AR na rede municipal, <u>válida até 31/12/2020</u> .
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º, Lei 58/2005	Cumprido	Licença de descarga de águas pluviais – Alvará N.º <b>AP/2016/1</b> .
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Realizado o controlo mensal do azoto total e do fósforo total, cumprindo o estipulado no ponto 2.2.2.3 da <b>LA n.º 1/2016/DRA</b> , que exige o controlo semestral destes parâmetros.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido (1)	- O controlo semestral dos parâmetros azoto total e fósforo total foi encaminhado à DRA em 27/08/2020 – fora do prazo estabelecido no ponto 2.2.2.3 da <b>LA n.º 1/2016/DRA</b> , que impõe que os dados devem ser encaminhados à DRA até ao final de cada semestre (30/06 e 31/12); - Os boletins analíticos mensais com os resultados das análises ao efluente descarregado no coletor municipal foram remetidos à DRA.
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Em 26/07/2019, ocorreu uma avaria no sistema de tratamento biológico aeróbio da ETARI que foi comunicado à DRA no próprio dia.
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Lamas encaminhadas para: - OGR licenciado para o efeito, - Valorização agrícola por titulares de alvará de licença de aplicação de lamas em solo agrícola.
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Relatório 28/2020, de 23/03/2020 – boletim analítico das análises realizadas às lamas, submetido à DRA através do formulário DSR/32.0.40/1/InfLamas/130, de 24-09-2020.
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Cumprido (1)	A comunicação da informação sobre produção de lamas relativa ao 1.º semestre de 2020 foi submetida à DRA em 24/09/2020 – fora do prazo (o prazo termina a 31/08 para a informação relativa ao 1.º semestre e a 28/02 do ano seguinte para a informação relativa ao 2.º semestre).
(1)	Apesar de não terem sido observados os prazos previstos no ponto 2.2.2.3 da Licença Ambiental n.º 1/2016/DRA, e no artigo 53.º do DLR n.º 18/2009/A, de 19/10, consideram-se cumpridos os requisitos das alíneas d) e i) da presente tabela, nos termos da Lei n.º 16/2020, de 29/05, que altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19.		





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento em 2019

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos		Código LER	Designação do resíduo	Quantidade (ton)	Encaminha mento	Operação
<input checked="" type="checkbox"/>	Resíduos perigosos não urbanos	10 01 04*	cinzas volantes e poeiras de caldeiras, da combustão de hidrocarbonetos	0,73700	OGR	D15
		13 02 08*	outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	0,80900		R13
		13 07 01*	fuelóleo e gasóleo	1,14000		R13
		15 01 10*	embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	0,24640		R13
		15 02 02*	absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo sem outras especificações), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas	0,08250		R13
		SUB-TOTAL =			3,01490	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outros resíduos não urbanos	02 01 02	resíduos de tecidos animais	0,02000	OGR	R1
		02 05 01	matérias impróprias para consumo ou processamento	10,05000		R1
		02 05 02	lamas do tratamento local de efluentes	2 289,79853	Valorização agrícola	D1, D2, R1 e R3
		15 01 01	embalagens de papel e de cartão	12,36000	OGR	R13
		15 01 02	embalagens de plástico	5,56000		R13
		15 01 04	embalagens de metal	0,52000		R13
		15 01 05	embalagens compósitas	16,50000		R13
		15 02 03	absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02	0,54000		R1
		16 02 14	equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13	0,68400		R13
		17 01 07	misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, não abrangidas em 17 01 06	6,45000		R5 e R13
		17 02 01	madeira	0,56000		R13
		17 04 05	ferro e aço	3,24000		R13
		17 05 04	solos e rochas não abrangidos em 17 05 03	0,36000		R13
		17 06 04	materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03	1,44000		R5 e R13
		17 09 04	misturas de resíduos de construção e demolição não abrangidas em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	0,28000		R13
		19 08 09	misturas de gorduras e óleos, da separação óleo/água, contendo apenas óleos e gorduras alimentares	3,66000		R1
		19 12 01	papel e cartão	0,52000		R13
		SUB-TOTAL =			2 352,54253	
<input type="checkbox"/>	Resíduos hospitalares					
<input checked="" type="checkbox"/>	Resíduos urbanos	20 01 01	papel e cartão	2,22000	OGR	R1, R3 e R13
		20 01 02	vidro	1,00000		R5
		20 01 38	madeira não abrangida em 20 01 37	0,24000		R5
		20 01 39	plásticos	0,62000		R13
		20 01 40	metais	12,43500		R13
		20 03 07	monstros	1,25000		R1
		SUB-TOTAL =			17,76500	
TOTAL =				2 373,32243 ton.		

Fonte: SRIR



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Verificou-se a existência de alguns resíduos perigosos armazenados, temporariamente, no exterior da fábrica nomeadamente, embalagens contaminadas (15 01 10*) e cinzas (10 01 04*), sendo visíveis pequenos derrames de óleos usados no pavimento exterior da fábrica ( <b>Figuras 2 e 3</b> ).
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Submeteu o mapa de registo de resíduos de 2019 dentro do prazo, em 24/02/2020.
n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Aderiu ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) através do contrato EMB/0011828, celebrado com a Sociedade Ponto Verde.
o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	Art.º 47.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º, DLR 24/2012/A	Não aplicável	



**Figura 2:** Embalagens contaminadas e vestígios de óleos usados no pavimento exterior da fábrica.



**Figura 3:** Cinzas das caldeiras (LER 10 01 04\*).



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Utilizador final	Ácido nítrico
DU - Utilizador final	Peróxido de hidrogénio
DU - Utilizador final	Hidróxido de sódio (Soda Cáustica)
DU - Utilizador final	Hipoclorito de sódio
DU - Utilizador final	Coagulante
DU - Utilizador final	Floculante
DU - Utilizador final	Amoníaco
DU - Utilizador final	Gasóleo
DU - Utilizador final	Fuelóleo
DU - Utilizador final	Gás butano

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º, REACH	Não avaliado	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º, REACH	Não avaliado	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º, Reg. CE 1272/2008	Não avaliado	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º, REACH	Não avaliado	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º, DL 293/2009	Não avaliado	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º, REACH	Não avaliado	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4, art. 37.º, REACH	Não avaliado	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5, art. 37.º, REACH	Não avaliado	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo / Regime de funcionamento	Setor	Medidas de mitigação/tratamento	OBS
<b>FF1 – Caldeira de vapor nº 3209/A + Caldeira de vapor nº 2170/A</b>	<b>Pontual / Contínuo</b> Ponto de emissão: Chaminé principal	Atividade industrial		Combustível: fuelóleo e gás butano no arranque. Funcionamento alternado.
<b>FF2 – Caldeira de termo fluído nº 2484/A + Caldeira de termo fluído nº 2485/A</b>	<b>Pontual / Descontínuo</b> Ponto de emissão: Chaminé principal	Atividade industrial		Combustível: fuelóleo. Funcionamento alternado.
<b>FF3 – Câmara de secagem</b>	<b>Pontual / Descontínuo</b> Ponto de emissão: Chaminé principal	Atividade industrial	Sistema de retenção de partículas (filtros de mangas) acoplado à FF3	Funciona através do aquecimento de termo fluído da FF2 que circula em circuito fechado para a FF3.
<b>FF4 – Gerador de Emergência</b>	<b>Pontual</b>	Atividade industrial		Combustível: gasóleo
<b>FF5 – Gerador de Emergência</b>	<b>Pontual</b>	Atividade industrial		Combustível: gasóleo
<b>FF6 – Circulação de veículos pesados (partículas e poeiras em suspensão e emissões gasosas dos escapes dos veículos)</b>	<b>Difusa</b>	Atividade industrial		
<b>FF7 – ETARI</b>	<b>Difusa</b>	Atividade industrial		

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>a)</b> Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não avaliado	
<b>b)</b> Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não avaliado	
<b>c)</b> Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Em 2019 foram realizadas 2 campanhas de monitorização das emissões gasosas emitidas pelas fontes poluentes FF1, FF2 e FF3, em 14/05/2019 e em 18/11/2019. Em 2020 foi realizada a 1.ª campanha em 18/09/2020.
<b>d)</b> Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
<b>e)</b> Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Comunicação à DRA dos resultados das monitorizações das emissões gasosas: -1ª campanha de 2019 enviada em 02/07/2019; -2ª campanha de 2019 enviada em 03/01/2020; -1.ª campanha de 2020 enviada em 28/10/2020.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Cumprido	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Cumprido	
i) Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização.	n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A	Cumprido	

## 7.2 – Utilização de gases fluorados

### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	6	R-134: 1 equipamento refrigeração e 1 equipamento de congelação; R-134A: 3 equipamento refrigeração e 1 equipamento de congelação;
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	0	
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	0	
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	0	

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg.CE 517/2014	Não aplicável	Não possuem equipamentos com quantidades de gases fluorados que exijam deteção de fugas periódicas.
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg.CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	De acordo com a informação da responsável, a PRONICOL possui um técnico certificado pela CENTERM, no entanto em 2020 não foi realizada nenhuma intervenção nos equipamentos com gases fluorados.
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg.CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º, DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º DL 145/2017	Não aplicável	Quando um equipamento atinge o fim de vida é encaminhado para OGR licenciado para o efeito, não sendo realizada recuperação de gases fluorados.

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
Não aplicável			

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1, art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º, DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º, DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º, DL 127/2013	Não aplicável	

### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

#### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	0	
3 ≤ Carga < 30	0	
30 ≤ Carga < 300	0	
Carga ≥ 300	0	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 7.4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg.CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg.CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

### 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

#### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Recetores sensíveis na envolvente da empresa, a cerca de 200 metros.	Não classificada	24h/dia

#### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art. 25.º, DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento/autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art. 25.º, DLR 23/2010/A	Não cumprido	À data da emissão da LA n.º 1/2016/DRA, o estudo de avaliação do ruído ambiental (Relatório datado de 12/2015) conclui que o ruído proveniente da atividade da instalação constitui impacte para a área envolvente. De acordo com o ponto 2.2.3 da LA, o operador deve implementar as medidas indicadas no processo de renovação da LA e realizar nova monitorização, <u>até 31/12/2016</u> .
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A	Cumprido	Foi realizada uma avaliação do ruído ambiente, nos recetores sensíveis mais próximos da instalação fabril, <u>entre os dias 5 e 29/9/2017</u> . De acordo com o relatório do ensaio das medições, o funcionamento da fábrica cumpre os requisitos sonoros legais aplicáveis à emissão de ruído para a envolvente, uma vez que o seu funcionamento origina níveis sonoros dentro dos valores regulamentares relativamente aos valores limite de exposição e ao cumprimento do critério de incomodidade.
OBS:	Em 2020 foram registadas na IRA 8 denúncias relativas ao ruído proveniente da PRONICOL (DEN2020-0089, DEN-2020-0090, DEN-2020-0107, DEN-2020-0109, DEN-2020-0121, DEN-2020-0122, DEN-2020-0125, DEN-2020-126), tendo sido recolhidos, no decurso da visita inspetiva, esclarecimentos e informações sobre o ruído denunciado. No entanto, a análise das referidas denúncias constará de relatório autónomo.		





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 9 – Instalações sujeitas a outros regimes

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Cumprido	Formulário DRA/RAA2018/lact017, de 10/10/2019
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Cumprido	Dados referentes ao PRTR 2019 enviados à DRA em 27/05/2020
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental	LA nº 1/2016/DRA	Cumprido	<b>1</b> – Foi comunicado à DRA a instalação de novos sistemas de adequação da ETARI, conforme exigido no ponto 2.2.2.1 da L.A. (pág. 10). <b>2</b> – Foram reportadas à DRA, no próprio dia da ocorrência, 3 situações de potencial emergência, conforme exigido no ponto 4. da L.A. (pág. 22): Em 15/01/2019, libertação não programada de poluentes gasosos para a atmosfera provenientes das caldeiras de termo fluido; Em 26/07/2019 e 10/09/2019, disfunção do tratamento biológico aeróbico, com libertação não programada de efluente tratado contendo lamas de depuração para a ETAR municipal. <b>3</b> – É dado cumprimento ao ponto 5. da L.A. (pág. 23): Gestão de informação, registos, documentação e formação.
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Cumprido	TEGEE.RAA.100
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo (31 de março).	n.º 3, art. 100.º DLR 30/2010/A	Cumprido	

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro:

- Indústrias alimentares, das bebidas, do tabaco

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º, DLR 31/2010/A	Não avaliado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º, DLR 31/2010/A	Cumprido parcialmente	Possuem um plano de controlo integrado de roedores. No entanto, estão em falta os seguintes elementos, previstos no artigo 22.º da <b>Portaria n.º 32/2015, de 13/03/2015</b> : - Declaração de delegação de competências para a realização das inspeções visuais periódicas e elaboração dos respetivos relatórios, com indicação do nome dos operadores autorizados, datada e assinada pelo técnico responsável; - Cópia do certificado de frequência, com aproveitamento, de ação de formação especializada sobre controlo integrado de roedores, reconhecido pela direção regional competente em matéria de agricultura, dos operadores autorizados; - Relatórios das inspeções visuais periódicas realizadas em 2019 e 2020, elaboradas de acordo com o Anexo I da portaria; - Fichas de registo dos consumos de rodenticida utilizados, relativas aos anos de 2019 e 2020, elaboradas de acordo com o Anexo II da portaria; - Fichas de registo de utilização de dispositivos de captura, relativas aos anos de 2019 e 2020, elaboradas de acordo com o Anexo III da portaria; - Relatório de análise dos resultados das ações realizadas, relativo ao ano de 2019, datado e assinado pelo técnico responsável.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 9.3 – Doença do legionário

#### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não avaliado	
ii) Condensadores evaporativos	Não avaliado	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não avaliado	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não avaliado	
v) Humidificadores	Não avaliado	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não avaliado	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não avaliado	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não avaliado	

#### 9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º, Lei 52/2018	Não avaliado	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º, Lei 52/2018	Não avaliado	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º, Lei 52/2018	Não avaliado	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º, Lei 52/2018	Não avaliado	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º, Lei 52/2018	Não avaliado	

### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

#### 1. Instalação sujeita a licenciamento ambiental (PCIP)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Constituição de uma reserva especial para responsabilidades ambientais, conforme consta do documento enviado que, de acordo com informação da responsável, faz parte do relatório de contas de 2019 e consta em todos os relatórios de contas da empresa.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Infração		Enquadramento legal
a)	Incumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, nomeadamente, a existência de alguns resíduos perigosos no exterior da fábrica, em local não coberto, sujeitos às intempéries: embalagens contaminadas (15 01 10*) e cinzas (10 01 04*), e pequenos derrames de óleo usado no pavimento exterior da fábrica.	Viola o artigo 33.º, alínea c), do DLR n.º 29/2011/A, de 16/11, configurando a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> , prevista no artigo 229.º, n.º 1, alínea f), ii), do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de € 2.000 a € 18.000, em caso de negligência e de € 6.000 a € 36.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29/08, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28/08, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26/03.
b)	Incumprimento da implementação do plano de controle de roedores, com os requisitos técnicos exigidos pela Portaria n.º 32/2015 de 13/03/2015.	Viola o artigo 6.º do DLR n.º 31/2010/A, de 17/11, conjugado com o artigo 22.º da Portaria n.º 32/2015, de 13/03, constituindo <u>contraordenação</u> , nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do DLR n.º 31/2010/A, de 17/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de € 500 a € 10.000, nos termos do n.º 1 do mesmo artigo e diploma.

## 11 – Indicações e medidas adotadas

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório de inspeção à DRA.

Horta, 18 de novembro de 2020

A Inspetora Superior Principal